



Bolsas Na quarta-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na quarta-feira	Salário mínimo Últimos	Euro Comercial, venda na quarta-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,77% São Paulo	133.009	R\$ 5,444 (-0,35%)	26/setembro 5,443 27/setembro 5,436 30/setembro 5,447 1/outubro 5,464	R\$ 6,016	10,65%	10,66%	Abril/2024 0,38 Maio/2024 0,46 Junho/2024 0,21 Julho/2024 0,38 Agosto/2024 -0,02

JOGOS ON-LINE

Em busca de medidas para limitar apostas

Entidades proíbem uso do cartão de crédito, e sugerem suspensão do pagamento por Pix e força-tarefa para debater bets

» FERNANDA STRICKLAND
» IAGO MAC CORD*

Preocupadas com o superendividamento de apostadores em jogos eletrônico, as chamadas bets, entidades representantes do sistema financeiro se movimentam para dificultar as formas de pagamento. Foi o que fizeram, ontem, a Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (Abecs) e a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), que, entre outras coisas, decidiram proibir o pagamento de apostas com cartão de crédito.

O presidente da Febraban, Isaac Sidney também sugeriu ao governo a suspensão do uso do Pix para essa finalidade.

No caso do cartão de crédito, a proibição já estava prevista para entrar em vigor em janeiro de 2025, porém a diretoria da Abecs optou por antecipar a medida. Algumas das maiores bandeiras de cartão são associados da Abecs, como Visa, Elo e Mastercard.

“A decisão da Abecs baseia-se na crescente preocupação do setor de cartões em torno da prevenção ao superendividamento da população e do crescimento das apostas on-line no País, que, entre outras consequências, pode gerar impactos significativos no endividamento e no consumo relacionado ao varejo e ao setor de serviços”, afirmou a associação em nota.

No comunicado, a Abecs afirmou, ainda, que o uso do cartão de crédito tem se mostrado “inexpressivo”. A estimativa do Banco Central é de que o percentual de uso dos cartões de crédito seja inferior a 15% do total. “Por outro lado, é importante debater o veto ao uso de outras linhas de financiamento para fins de apostas. Como se sabe, o Pix é hoje o maior responsável pelos lances realizados em jogos on-line, tendo se mostrado um meio de acesso a linhas de crédito, como o cheque especial, e, por consequência, um importante vetor de endividamento”, ressaltou a Abecs.

Washington Costa



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, recebeu o presidente da Febraban, Isaac Sidney para tratar sobre restrições ao pagamento de bets



Uma força-tarefa poderia, para além do Ministério da Fazenda, contemplar outros órgãos governamentais que cuidam da defesa do consumidor, da prevenção da lavagem de dinheiro, dos benefícios sociais*

Isaac Sidney, presidente da Febraban

Proibição do Pix

Ontem, em reunião com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o presidente da Febraban propôs que os meios de pagamento instantâneo, no qual o Pix se inclui, fiquem temporariamente suspensos para o pagamento das apostas. Outra opção seria limitar o uso, como já é feito, atualmente, no período noturno. “O foco aqui não é um instrumento específico de pagamento. O foco é encontrar caminhos para evitar uma deterioração do nível de endividamento das famílias”, disse Sidney, ao deixar a reunião com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

O presidente reiterou que o Brasil vive o melhor momento no mercado de crédito pós pandemia e, por isso, não deveria “abrir nenhum flanco para

que o endividamento das famílias fique comprometido”. “Nós nos deparamos com dados alarmantes do Banco Central que mostram claramente que o orçamento das famílias tem sido usado para pagamento de apostas”, disse. Ele reforçou que ninguém tinha exata dimensão do crescimento exponencial das bets.

Sidney explicou que o encontro com o ministro não serviu para definir um plano de ação. Ele salientou que cabe ao governo criar as políticas públicas para controle dos jogos de apostas. Segundo o presidente da Febraban, a entidade vai propor ao governo a criação de uma força-tarefa para aprofundar os impactos das bets. “É importante que se tenha um diagnóstico preciso. Uma força-tarefa poderia, para além do Ministério da Fazenda,

contemplar outros órgãos governamentais que cuidam da defesa do consumidor, da prevenção da lavagem de dinheiro, dos benefícios sociais, por exemplo, dos beneficiários de Bolsa Família”, avaliou.

O especialista em finanças e estatística Rodrigo Cavalcante, aponta a urgência de um movimento maior de regulação do setor. “Após a Copa do Mundo de 2022, o volume de dinheiro e jogadores nesse mercado explodiu, levando à necessidade de controles mais rígidos”, afirmou. “O Pix se tornou o meio mais utilizado para as transações de bets, e pode abrir portas para as pessoas que acessam outras linhas de crédito, como cheque especial”, destacou Rodrigo.

*Estagiários sob a supervisão de Edla Lula

TCU vai monitorar

» MARIA BEATRIZ GIUSTI*

O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou ontem, durante sessão plenária, o monitoramento do mercado de apostas, conhecido como bets. De acordo com o presidente do tribunal, Bruno Dantas, a ação de controle será atribuída da parte técnica do tribunal, e tem o principal objetivo de conhecer e acompanhar os custos envolvidos na saúde pública, além de entender o impacto no poder de compra das famílias.

No comunicado em que sugere a ação, Dantas argumentou que o impacto dos jogos on-line de aposta cairá também sobre o orçamento da saúde pública. “Com a inclusão de ações voltadas à população com vício nas bets, haverá possibilidade de um aumento significativo nos atendimentos em saúde mental realizados na Atenção Primária à Saúde e nos Centros de Atenção Psicossocial”, escreveu o ministro.

O TCU também pretende monitorar as ações propostas pelo Governo Federal para prevenir lavagem de dinheiro, roubo de dados de apostadores e o envolvimento de menores de idade. Entre as justificativas para o monitoramento dos jogos de aposta on-line, está incluído o gasto com apostas de famílias beneficiárias do Bolsa Família. Segundo o relatório do Banco Central, somente no mês de agosto, cinco milhões de pessoas pertencentes ao Bolsa Família gastaram R\$ 3 bilhões em bets, via pix.

No início desta semana, o Ministério da Fazenda divulgou uma lista com empresas de apostas on-line que estão autorizadas a operar no Brasil até o fim de 2024. De acordo com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, até 600 sites de bets não regulamentados podem ser banidos nos próximos dias.

Rodrigo Coca/Ag. Corinthians



Corinthians é um dos times patrocinados por bets não autorizadas

Patrocinadoras fora da lista da Fazenda

» EDUARDA ESPOSITO

Quatro casas de apostas patrocinadoras de times de futebol brasileiros ficaram fora da lista de empresas autorizadas a operar no Brasil pelo Ministério da Fazenda. Na lista, divulgada na terça-feira, constam 193 sites ligados a 89 empresas.

Uma das maiores bets nacionais, Esportes da Sorte, relacionada ao caso da influencer Deolane Bezerra, patrocinadora de grandes times como Corinthians e Grêmio e da última edição do Big Brother Brasil da Rede Globo, foi uma que ficou de fora. A casa de aposta chegou a fazer um post nas redes sociais, na tarde da terça-feira, antes da divulgação da lista, afirmando que estaria apta para operar legalmente

no Brasil por ter enviado todos os documentos para o MF dentro do prazo.

Alerta no futebol

Outras bets patrocinadoras de times de futebol brasileiros também não foram autorizadas pela Fazenda. 12 times — alguns da série A e B do Campeonato Brasileiro — podem ser prejudicados, já que as casas sairão do ar até o dia 11 de outubro, segundo o Ministério da Fazenda. De acordo com o ministro Fernando Haddad, “quem não pediu credenciamento não vai poder operar desde já”.

Em nota ao *Correio*, a Esportes afirma ter feito tudo o que MF exigia dentro do prazo. “Nosso compromisso sempre foi

com a transparência e em favor da regulamentação, tanto é que o Grupo Esportes da Sorte cumpriu com todas as exigências das portarias SPA/MF Nº 827/2024 e SPA/MF Nº 1.475/2024 e entregou toda a documentação correspondente dentro dos prazos estabelecidos nas respectivas portarias. Já estamos em contato com a Secretaria de Prêmios e Apostas para solicitar maiores esclarecimentos, uma vez que não existe qualquer impedimento legal para a continuidade da nossa atividade, que sempre ocorreu em conformidade às normas do Governo Federal”, ressaltou.

A RealsBet postou, em suas redes sociais, seu posicionamento oficial sobre não integrar a lista. “Reiteramos nosso

compromisso com nossos clientes e destacamos que cumprimos todos os requisitos e pedidos para solicitação da licença”, afirmou. Na nota, a casa de apostas on-line diz que está em contato com a Fazenda para atualização da situação. A Real também afirmou que “cumprimos todos os requisitos desde a divulgação da primeira lista, sendo a 13ª empresa a apresentar toda a documentação necessária”. Aproveitou também para tranquilizar os usuários dizendo que “seu dinheiro está seguro e garantido em nosso site. Nosso compromisso sempre foi e sempre será com você!”.

O *Correio* tentou entrar em contato com as casas de apostas Stake e Dafbet, mas não obteve resposta.